

ATO CONVOCATÓRIO Nº 002/2024

Processo nº 0375/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA PARA A FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Data limite de entrega da proposta:

Dia 23/02/2024 até as 12h00

Local da entrega da proposta:

Rua Dom José Maurício, nº 15 - Carandiru, São Paulo/SP – CEP: 02028-000, CNPJ: 57.571.275/0019-21

1. Das Considerações iniciais

1.1. Solicitamos dessa empresa, proposta para **contratação de empresa especializada em locação de 31 (trinta e um) purificadores de água, incluindo instalação, desinstalação, manutenção corretiva e preventiva**, cujas especificações constam do Anexo I – Termo de Referência desta, até a data e o horário acima designados.

1.2. A proposta, objeto deste Ato Convocatório, deverá ser entregue na Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, sito a Rua Dom José Maurício, nº 15, Carandiru, São Paulo/SP, no Setor de Compras de segunda a sexta-feira das 09h00min às 15h00min, salvo dia 23/02/2024 até as 12h00min.

1.3. Não será aceita proposta encaminhadas fora da data e horário estabelecidos no presente instrumento.

2. Da Dotação Orçamentária

2.1. As despesas referidas no processo administrativo nº 0375/2023, tem previsão no Contrato de Gestão firmado entre a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e a Fundação do ABC.

3. Das Propostas

3.1. As Propostas deverão conter:

3.1.1. A razão ou denominação social da empresa participante que coincida com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, vedada à utilização de nome “fantasia” ou nome incompleto;

3.1.2. A proposta comercial deverá ser apresentada impressa ou datilografada, sem emendas ou rasuras e devidamente assinada por quem de direito;

3.1.3. Especificações do serviço em consonância com o descritivo presente no Anexo I;

3.1.4. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

3.1.5. Início imediato a partir da assinatura do contrato;

3.1.6. Número telefônico, endereço completo e correio eletrônico para contato;

3.1.7. Preço total o qual deverá ser apresentado em reais, com até duas casas decimais, expressos em algarismos e por extenso, computados todos os custos básicos diretos, bem como tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da Ato Convocatório, ou seja, deve incluir todas as despesas concernentes à plena execução do objeto;

3.1.8. Devera na composição do preço, sempre no que couber, entre outros aspectos, considerar: manutenção, custos adicionais que repercutam, direta ou indiretamente, despesas administrativas e operacionais, os quais deverão estar incluídos no preço e especificados na proposta;

3.1.9. A empresa participante deverá apresentar a proposta considerando: a marca, o modelo, a cor, o peso, a voltagem, a regulagem, além de especificação técnica detalhada que entender necessária;

3.1.10. As empresas participantes deverão apresentar ainda outras eventuais taxas que refiram cobrança pelos serviços prestados, inclusive despesas com frete ou taxas e impostos decorrentes, e que importem na majoração dos valores para composição e comparação de preços.

3.1.11. As propostas devem ser acompanhadas com os documentos de habilitação previstos no **item 05**, deste Ato Convocatório.

4. Do Julgamento das Propostas

4.1. A Licitante reserva-se o direito de considerado os seguintes critérios para julgamento da proposta: i) Adequação das propostas a especificação do produto/serviço a ser adquirido; II. Qualidade; III. Menor preço; IV. Prazo de fornecimento; V. Condições de pagamento e maior retorno econômico; VI. Outros critérios previstos no Regulamento de compras da Fundação do ABC.

4.2. considerada vencedora a empresa que, comprovadamente, tenha atendido a todas as exigências formais do presente Ato Convocatório, desde que a prestação de serviços esteja de acordo com todas as exigências e especificações mencionadas nos Anexos.

4.3. Em caso de empate, a decisão se fará através de sorteio, conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021 e, após o critério de classificação.

4.4. Tratando-se de erro sanável mediante diligência, faculta-se à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário efetuar esta diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo em qualquer fase da Coleta de Preços.

4.5. Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas e a critério da Diretoria Geral poderá ser fixado o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova proposta comercial.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.

5. Dos Documentos de Habilitação

5.1. As empresas participantes deverão apresentar, com a proposta comercial, os seguintes documentos de habilitação:

5.1.1. Em se tratando de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e Alterações em vigor;

5.1.2. Em se tratando de empresa individual: Registro Comercial;

5.1.3. Em se tratando de sociedades por ações: Registro da eleição de seus administradores;

5.1.4. Em se tratando de sociedades civis: Inscrição do ato constitutivo, acompanhada da prova da Diretoria em exercício;

5.1.5. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

5.1.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução da Normativa no 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comercio – DNRC.

5.1.7. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), contendo, expressamente, seu(s) código(s) de atividade(s), compatível com o objeto do presente memorial.

5.1.8. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se Empresário Individual, compatível com o objeto do presente memorial.

5.1.9. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal, se houver, relativos ao domicílio ou sede pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto social.

5.1.10. Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade – CRF expedido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

5.1.11. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional (CND), mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, ou Certidão Positiva com os mesmos efeitos.

5.1.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT), ou Certidão Positiva com os mesmos efeitos, nos termos da Lei Federal no 12.440/2011.

5.1.13. Certidão Negativa de Tributos Estaduais, ou certidão correspondente, expedida por órgão competente, do local do domicílio ou sede da empresa, ou Certidão Positiva com os mesmos efeitos.

5.1.14. Certidão Negativa de Tributos Municipais Mobiliários, ou certidão correspondente, expedida por órgão competente, do local do domicílio ou sede da empresa, ou Certidão Positiva com os mesmos efeitos.

5.1.15. Declaração que, de acordo com as especificações fornecidas pela CONTRATANTE, há perfeitas condições para execução completa dos serviços.

5.1.16. Toda documentação específica, pertinente ao ramo de atividade;

5.1.17. **Declaração de inexistência de vínculo**, se responsabilizando no caso de seus colaboradores, administradores e sócios, terem assunção de cargo ou vínculo de parentesco para com a Fundação do ABC, suas mantidas e seus colaboradores, gestores, diretores e representantes, conforme prevê o Art. 22, do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público e a Fundação do ABC, combinado com o art. 6º do Regulamento de Compras da Fundação do ABC, declaração obrigatória.

5.1.18. Demais declarações e formulários anexos ao presente Ato Convocatório.

6. Da Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte

6.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios e logrando vencedora, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, respeitados os termos da Lei Complementar 123/2006, no Capítulo V – seção I, especificadamente o previsto nos artigos 43 e 44, da referida lei

6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da comunicação oficial, para a devida regularização da documentação que houver pendente.

6.3. Não regularizando da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo facultado à CONTRATANTE convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4. Caberá ainda, apresentarem a exigências prescritas no item anterior, sob pena de desclassificação.

7. Do Pagamento

7.1. A Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário compromete-se a pagar o preço irrevogável constante da proposta da CONTRATADA;

7.2. Os pagamentos serão realizados via boleto bancário ou depósito em conta em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal e devidamente acompanhada, quando exigidos, os seguintes documentos: as Certidões Negativas de Débitos Federais, Estaduais e Municipais, bem como a prova da regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

7.3. A CONTRATANTE realizará a retenção dos impostos incidentes sobre a presente contratação, conforme determina à Instrução Normativa nº 2.145 de 26 de junho de 2023 da Receita Federal do Brasil;

7.3. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário;

7.4. A CONTRATADA, ao emitir a nota fiscal, deverá ser preenchida com as seguintes informações: **Órgão Contratante:** Secretaria de Estado de Saúde do Estado de São Paulo; **Entidade Contratada:** Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário; **Contrato de Gestão nº 1871976/2019.**

8. Do Contrato

8.1. O participante vencedor deverá comparecer a sede da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação feita pela Seção competente para esse fim, apto para assinatura do respectivo Contrato, sob pena de não o fazendo, ficar a mesma impossibilitada de participar de futuras Coletas de Preços da CONTRATANTE.

8.2. A presente coleta de preço, inclusive seus anexos, integrará o contrato que vier a ser firmado com a empresa vencedora da Coleta de Preços.

8.3. O contrato será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo a critério da CONTRATANTE, mediante interesse da CONTRATADA, ser prorrogado através de termo de aditamento, desde que respeitado o prazo limite disposto pelo Regulamento de Compras da CONTRATANTE bem como contrato de gestão firmado com a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

8.4. Os participantes poderão solicitar esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas por escrito e encaminhar à FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, situada na Rua Dom José Maurício, nº 15, Carandiru - São Paulo/SP, bem como poderá entrar em contato através do telefone: (11) 3581-3824 - Departamento de Compras, ou através do e-mail: debora.oliveira@chsp.org.br, no horário das 13h00min às 15h00min.

8.5. Fica desde já eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Coleta de Preços e do contrato que em decorrência dela vier a ser firmado.

Encontram-se em anexo à presente coleta de preço:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta do Contratual

ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO IV – Declaração de Inexistência de Vínculo - **logotipo da empresa**

ANEXO V – Declaração de Prática de Trabalho

ANEXO VI – Declaração de Responsabilidade Trabalhista

ANEXO VII – Termos e Declarações

ANEXO VIII – Termo de Confidencialidade

ANEXO IX - Declaração se Anticorrupção - **logotipo da empresa**

ANEXO X - Declaração de Aceitação do Regulamento de Compras e Contratação da Fundação do ABC - **logotipo da empresa**

ANEXO XI - Termo de Tratamento de Dados Pessoais

ANEXO XII – Declaração de Cumprimento Ao Código de Conduta Ética - Fornecedor

ANEXO XIII - Questionário *De Due Diligence* de Compliance de Fornecedores

São Paulo, 29 de dezembro de 2023.

Marco Antonio Iglesias de Lima

Gerente Administrativo

marco.iglesias@chsp.org.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

1. Contratação de empresa especializada em locação de purificadores de água, em quantidade de 31 (trinta e uma unidades), para a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

2. Da Justificativa

2.1. A locação de purificadores de água se justifica para atender a necessidade básica e constante de consumo do recurso essencial.

2.2. Disponibilização de equipamentos purificadores refrigerados em locais onde haja viabilidade técnica de instalação em pontos de água e de energia nos setores da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

2.4. A instalação destes equipamentos busca atender, as necessidades dos usuários oferecendo conforto, bem-estar e a garantia de melhor qualidade no fornecimento de água potável/refrigerada para consumo.

2.5. O quantitativo de equipamentos foi baseado em pesquisa de dados, com o intuito de saber a quantidade de usuários a ser atendida de acordo com a capacidade de cada equipamento no fornecimento de água gelada e natural (ambas filtradas) aos usuários, conforme mensurado, considerando quantitativo de pessoal.

3. Das Especificações Técnicas

3.1. A CONTRATADA deverá observar o que se segue:

3.1.1. Os equipamentos deverão ser **novos**, não remanufaturados, e ainda com garantia de tempo de uso e manutenções preventivas e corretivas: estar em conformidade com as Normas Técnicas ABNT NBR 16098:2012 ou 14908:2004 (aprovados todos os ensaios obrigatórios classificados como P-I, quanto a sua eficiência para retenção de partículas; classificados como C-I, quanto a sua eficiência para redução de cloro livre; aprovados nos ensaios de eficiência bacteriológica);

3.1.2. Seguir a Portaria nº 191/2003 no que tange a segurança elétrica e qualidade construtiva dos materiais;

3.1.3. Possuir sistema de refrigeração e ao menos duas regulagens de temperatura;

3.1.4. Funcionar por acionamento contínuo ou momentâneo;

3.1.5. Instalação de medidor em litros que permita o controle da vida útil conforme indicado junto ao INMETRO;

3.1.6. A instalação dos purificadores deverá seguir a tabela abaixo:

Quantidade	Local
01 (um)	Corredor D Triagem
01 (um)	Corredor Radial Gaiola
01 (um)	Almoxarifado
01 (um)	Corredor C Copa Qualidade
01 (um)	Recursos Humanos
01 (um)	Corredor Lavanderia
01 (um)	Corredor e Guima
01 (um)	Ala A Piso G Enfermagem
01 (um)	Corredor O Copa de Enfermagem
01 (um)	Ala A Enfermagem
01 (um)	Manutenção
01 (um)	Portaria 2
01 (um)	Copa da Inclusão
01 (um)	Centro Cirúrgico
01 (um)	Ala B Piso Superior Enfermaria
01 (um)	Corredor Radial Gaiola 2
01 (um)	Corredor C Coordenação
01 (um)	Portaria - Copa
01 (um)	Corredor Laboratório
01 (um)	Corredor F Cozinha
01 (um)	Ala D Enfermagem
01 (um)	Farmácia
01 (um)	Copa do Corredor B da SAP
01 (um)	Ala C Enfermagem
01 (um)	Radial Centro Clínico
01 (um)	Inclusão Externa
01 (um)	Corredor Radial
01 (um)	Base A.E.V.P.
01 (um)	Ala B Enfermagem
01 (um)	Transporte
01 (um)	Radiologia
Total: 31 (trinta e um)	

(*) Todos os equipamentos deverão ser bivolt (110V/220V)

4. Das Execuções dos Serviços

4.1. A CONTRATADA entregará e instalará os equipamentos nos locais indicados pela CONTRATANTE, deixando-os em perfeitas condições de funcionamento, atendendo às especificações técnicas solicitadas.

4.2. Será feita pela CONTRATADA, juntamente com a CONTRATANTE inspeção nos equipamentos, com vistas a atestar suas perfeitas condições de uso.

4.3. A CONTRATADA se responsabilizará por eventuais vícios ocultos nos equipamentos que não puderem ser constatados de imediato e a olho nu e prestará serviços de manutenção corretiva, sem nenhum custo extra à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do horário de abertura do chamado técnico, mesmo se o equipamento estiver em funcionamento.

4.4. Após a ciência do aviso a CONTRATADA terá até o limite de 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o reparo e realizar a entrega do equipamento ou substituí-lo, por modelo equivalente, até que se encerre o reparo.

4.5. Ocorrendo problemas que impeçam o funcionamento dos purificadores de água a CONTRATANTE deverá imediatamente comunicar a CONTRATADA para que esta providencie a devida assistência técnica, eximindo-se a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades decorrentes da suspensão, interrupção ou falha no abastecimento de água e/ou energia elétrica por parte das concessionárias.

4.6. Todos os atendimentos se verificarão através de impressos, de maneira a controlar as ocorrências e prazos.

4.7. Os serviços de manutenção preventiva ocorrerão nos locais em que os equipamentos estão instalados e através de funcionários capacitados e identificados da CONTRATADA.

4.8. Serão verificadas pela CONTRATADA as condições de uso dos equipamentos, média de consumo, a fim de registrar cronograma de troca de elementos filtrantes bem como, caso necessário, sejam substituídas as peças decorrentes de desgaste natural ou com defeito, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.9. Através de contato telefônico ou por *e-mail*, a CONTRATANTE deverá informar a CONTRATADA se o controle de litros indicar necessidade de substituição dos elementos de filtragem e purificação.

5. Das Condições Especiais

5.1. Os serviços de manutenção preventiva deverão estar embutidos no valor mensal e serão executados por mão de obra qualificada e em conformidade com as normas técnicas correspondentes.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de documentação técnica, quais sejam: manuais em língua portuguesa, catálogo ilustrativo, características técnicas, voltagem, estimativa de consumo.

5.3. Os equipamentos deverão apresentar qualidade equivalente ou superior a solicitada nas especificações deste Termo de Referência.

5.4. Os objetos do presente deverão ser entregues pela empresa vencedora após a assinatura do contrato e, quaisquer acréscimos ou diminuição no que for pactuado somente poderão ser executados após a respectiva avaliação devidamente

aprovada pela Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, através de seu Diretor Geral.

5.5. Em caso de eventual substituição de equipamento deverá a CONTRATADA, obrigatoriamente, atualizar os documentos junto à CONTRATANTE.

5.6. A vistoria em referência ocorrerá para avaliação das condições de conservação e limpeza, pelo Gestor do Contrato, ou por colaborador por ele designado.

5.7. Os equipamentos de purificação de água deverão ser de propriedade da empresa CONTRATADA, não se admitindo a subcontratação.

5.8. Na eventualidade de substituição temporária do equipamento, o substituto deverá manter as características aqui exigidas.

5.9. A adjudicação ocorrerá em caráter permanente, em todos os dias da semana, até que se finde o contrato.

6. Das Obrigações da Empresa Vencedora

6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, com exclusividade, os purificadores com base nas características descritas.

6.2. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos objetos fornecidos, não se admitindo, sob nenhum pretexto, que sejam atribuídos a empresas subcontratadas ou a fabricantes os ônus de qualquer problema que porventura venha a ocorrer.

6.3. Substituir o equipamento que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento, desde que de acordo com a legislação em vigor.

6.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.5. Deverá ainda se responsabilizar pelas despesas de conserto, substituição de peças (por desgaste natural do uso), revisões, correções, ajustes, e demais valores relativos a locação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus relativos à mão de obra, fretes e taxas, salvo se comprovado através de laudo técnico que a CONTRATANTE deu causa por uso indevido (negligência, imperícia ou imprudência).

6.6. A manutenção preventiva será por conta da CONTRATADA.

6.7. O prazo limite para reparo ou substituição poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, desde que, para tanto, a empresa vencedora ofereça justificativa pertinente e que não ofereça riscos ao planejamento da Instituição, caso contrário a

FUABC-CHSP se reserva no direito de proceder à notificação e consequente abatimento de valores.

6.8. Observar necessidade de: reparar ou substituir peças ou mesmo o equipamento, no caso de acusar defeito de fabricação ou funcionamento; manter assistência técnica, partes e peças de reposição, após a descontinuidade de fabricação.

6.8. Responder todas as indagações da Diretoria da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, ou a quem esta determinar, referente ao objeto do presente.

6.9. A empresa vencedora deverá adotar todas as medidas de segurança necessárias, dentro das exigências legais, bem como todas as normas impostas pelas autoridades públicas e aplicáveis ao objeto do presente.

6.10. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições que culminaram na sua classificação como vencedora.

6.11. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, por meio de preposto, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final.

6.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos acordados, mesmo na ocorrência de paralisação dos serviços, por parte dos funcionários da empresa vencedora, sem que isso acarrete quaisquer ônus adicionais à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

6.13. A empresa vencedora deverá indicar um profissional responsável pelo atendimento à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário em todos os assuntos pertinentes à entrega e instalação/ desinstalação dos equipamentos, o qual executará o papel de preposto.

6.14. Deverá informar imediatamente eventual alteração, supressão de agenda, remarcações ou qualquer evento que interrompa ou altere o fluxo.

6.15. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte dos servidores indicados pela Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário para acompanhamento da execução, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

6.16. Manter a atualização de documentos de controle de arrecadação de tributos e contribuições.

6.17. A empresa vencedora deverá apresentar as documentações insertas na Carta Convite a que se refere o presente.

6.18. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste termo de referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

6.19. Permitir o acompanhamento de preposto da CONTRATANTE durante a inspeção nos equipamentos purificadores, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza.

São Paulo, 29 de dezembro de 2023.

Rogério Anhon Bigas

Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA EM QUANTIDADE DE 31 (TRINTA E UM), INCLUINDO INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA PARA A FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

CONTRATADA: _____

Por este instrumento, as partes, de um lado, a **FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 57.571.275/0019-21, estabelecido na Rua Dom José Maurício nº 15, Carandiru - São Paulo/SP, neste ato representada por seu Diretor Geral Rogério Anhon Bigas, brasileiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 18.029.241, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.681.688-59, doravante denominado simplesmente “**CONTRATANTE**”, e, de outro, a _____, com sede na Rua _____, nº _____ - _____, _____/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº _____, neste ato representada por _____, _____, _____, portador de cédula de identidade RG nº _____ SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente “**CONTRATADA**”, tendo em vista o constante e decidido no **processo nº 0375/2023**, têm como justo e acordado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A CONTRATADA obriga-se perante a CONTRATANTE a prestação de serviços de locação de 31 (trinta e um) purificadores de água, incluindo instalação, desinstalação, manutenção corretiva e preventiva, conforme Ato Convocatório nº 002/2024 e proposta da CONTRATADA, para atender às necessidades da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, bem como rigorosamente dentro das especificações constantes do processo administrativo nº 0375/2023, as quais para todos os efeitos fazem parte integrante desta avença.

1.2 - Relação de equipamentos para locação:

Quantidade	Local
01 (um)	Corredor D Triagem
01 (um)	Corredor Radial Gaiola
01 (um)	Almoxarifado
01 (um)	Corredor C Copa Qualidade
01 (um)	Recursos Humanos
01 (um)	Corredor Lavanderia
01 (um)	Corredor e Guima
01 (um)	Ala A Piso G Enfermagem
01 (um)	Corredor O Copa de Enfermagem
01 (um)	Ala A Enfermagem
01 (um)	Manutenção
01 (um)	Portaria 2
01 (um)	Copa da Inclusão
01 (um)	Centro Cirúrgico
01 (um)	Ala B Piso Superior Enfermaria
01 (um)	Corredor Radial Gaiola 2
01 (um)	Corredor C Coordenação
01 (um)	Portaria - Copa
01 (um)	Corredor Laboratório
01 (um)	Corredor F Cozinha
01 (um)	Ala D Enfermagem
01 (um)	Farmácia
01 (um)	Copa do Corredor B da SAP
01 (um)	Ala C Enfermagem
01 (um)	Radial Centro Clínico
01 (um)	Inclusão Externa
01 (um)	Corredor Radial
01 (um)	Base A.E.V.P.
01 (um)	Ala B Enfermagem
01 (um)	Transporte
01 (um)	Radiologia
Total: 31 (trinta e um)	

(*) Todos os equipamentos deverão ser bivolt (110V/220V)

1.3 - Os equipamentos locados são de propriedade da CONTRATADA, assim permanecendo ao longo do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - O contrato será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo a critério da CONTRATANTE, mediante interesse da CONTRATADA, ser prorrogado, desde que respeitado o prazo limite disposto pelo Regulamento de Compras da CONTRATANTE;

2.2 - Findo o prazo, a CONTRATANTE se obriga a devolver os purificadores e acessórios em perfeitas condições de funcionamento, sob pena de incorrer no pagamento pelo mau uso dos equipamentos, desde que para tanto tenha dado causa;

2.3 - A locação dos equipamentos cessará após a efetiva devolução destes e aceitação formal da CONTRATADA por pessoa devidamente habilitada, após a realização de vistoria, a ser conduzida pelos representantes de ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 - Os direitos e obrigações atribuídas a CONTRATANTE neste contrato não poderão ser transferidos ou cedidos a terceiros;

3.2 - A CONTRATADA compromete-se a manter confidenciais todos e quaisquer dados e informações a que tenha acesso em razão deste Contrato, durante e após o término do mesmo, sob ônus, no decorrer deste, de rescisão contratual sumária;

3.3 - A CONTRATADA não revelará nem transmitirá de forma alguma quaisquer dados ou informações sem o prévio consentimento da CONTRATANTE;

3.4 - Quaisquer modificações deverão passar pela Diretoria da CONTRATANTE e somente poderão ser realizadas através de termo aditivo;

3.5 – Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá informar ao gestor do contrato designado pela CONTRATANTE o prazo de instalação dos equipamentos, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias;

3.6 – As adequações estruturais para instalação ocorreram às expensas da CONTRATANTE.

3.7 – Havendo atraso por parte da CONTRATANTE na adequação estrutural para instalação dos equipamentos, o prazo estabelecido no item anterior pode ser revisado, se for o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS

4.1 - Os equipamentos estarão sujeitos à verificação da conferência, inspeção, teste ou análise, a ser realizada por responsável da CONTRATANTE, de acordo com as normas vigentes;

4.1.1 - Ocorrendo reprovação, a CONTRATANTE se reserva no direito de devolver os equipamentos reprovados, ficando por conta da CONTRATADA todas as despesas daí decorrentes e imediatas reposições.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Além das obrigações assumidas neste contrato, ato Convocatório nº 002/2024, termo de referência e anexos, a empresa CONTRATADA incumbe-se:

5.1.1 - Fica a CONTRATADA obrigada a realizar locação dos equipamentos, os quais deverão estar em perfeitas condições de uso, através de seus sócios e/ou funcionários, devidamente habilitados;

5.1.2 - Arcar com todas as despesas de entrega, impostos e taxas, decorrentes da locação e outras que eventualmente venham a recair sobre o objetivo do presente;

5.1.3 - Responder todas as indagações da Diretoria da CONTRATANTE, ou a quem esta determinar, referentes à locação dos itens, bem como atender todas as exigências contratuais;

5.1.4 - Quaisquer acréscimos ou serviços não previstos pertinentes ao objeto contratado somente poderão ser executados após o respectivo aditamento contratual, devidamente aprovado pelo Superintendente da CONTRATANTE;

5.1.5 - A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas de segurança necessárias, principalmente no tocante ao fornecimento dos equipamentos dentro das exigências legais e de segurança e devidamente regulares;

5.1.6 - A CONTRATADA responderá pelos danos causados à CONTRATANTE e a terceiros em geral decorrentes de atos praticados por seus empregados ou prepostos;

5.1.7 - Deverá observar todas as normas impostas pelas autoridades públicas e aplicáveis a realização da locação;

5.1.8 - Respeitar as normas de segurança da CONTRATANTE, sendo que a afronta por parte da CONTRATADA às normas internas da CONTRATANTE poderá ensejar na rescisão imediata do contrato;

5.1.9 - A CONTRATADA, a partir da comunicação expressa da CONTRATANTE, quanto a eventual falha, vício ou danos a que não tenha dado causa, terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para concluir a manutenção, prazo este a contar da comunicação do fato por escrito ou da constatação do problema por profissional técnico da CONTRATADA; ou no caso de ser impossível a manutenção a CONTRATADA deverá realizar troca por equipamento em iguais características e condições de uso;

5.1.9.1 - Para tanto, a assistência técnica será permanente, enquanto perdurar o contrato entre as partes, e será prestada quando possível na unidade da CONTRATANTE;

- 5.1.10 - Manter em sua unidade, aparelho telefônico e/ou móvel, a fim de que sejam comunicadas quaisquer ocorrências para substituição do(s) equipamento(s) ou para correção de falhas;
- 5.1.11 - Testar o funcionamento no ato da entrega dos itens os quais deverão estar em perfeitas condições de uso;
- 5.1.12 - Acompanhar os serviços de entrega, através de supervisão técnica;
- 5.1.13 - Apresentar, no ato da assinatura do presente contrato, cópia autenticada do contrato social, e demais aditivos se houver, bem como, licenças de regular funcionamento, desde que exigidas dos órgãos competentes, cláusula esta de atendimento obrigatório sob ônus de nulidade contratual e rescisão sumária deste;
- 5.1.14 - A CONTRATADA, durante a vigência do contrato, responsabilizar-se-á pelas despesas decorrentes da substituição de bateria recarregável, bem como substituição de acessórios e/ou equipamentos que se façam necessários;
- 5.1.15 - A empresa CONTRATADA fará uma vistoria semestral nos equipamentos, durante a vigência do contrato, caso haja algum componente com desgaste natural será trocado sem custo para a CONTRATANTE;
- 5.1.16 – A CONTRATADA quando das visitas *in loco* para instalação e manutenções periódicas, deverá orientar seus colaboradores quanto às normas de segurança que serão repassadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 - A CONTRATANTE compromete-se a:
- 6.1.1 - Promover os pagamentos avençados neste instrumento das condições e prazos especificados e ora acordados;
- 6.1.2 - Exercer a fiscalização quanto ao funcionamento dos equipamentos, através de funcionários especialmente designados;
- 6.1.3 - Comunicar por escrito ou por telefone imediatamente a CONTRATADA, qualquer problema que venha a ser constatado na prestação de serviços;
- 6.1.4 - Instruir seus colaboradores para utilizar os equipamentos zelando por sua conservação;
- 6.1.5 - Permitir que técnicos habilitados e prepostos da CONTRATADA examinem os equipamentos fornecidos, a fim de verificar a observância das normas de utilização, desde que haja autorização antecipada para a entrada dos mesmos;
- 6.1.6 - Em sendo necessário o aumento do número de purificadores a CONTRATANTE deverá solicitar, por escrito, à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e poderá ser acrescido o valor através de termo aditivo;

6.1.7 - Os equipamentos deverão ser utilizados dentro das normas para o seu bom funcionamento; em caso de mau funcionamento, ou qualquer outro acontecimento que não se revele normal deverá imediatamente interromper seu uso e proceder ao comunicado a CONTRATADA;

6.1.8 - Compromete-se a não destruir ou danificar os equipamentos bem como comunicar à CONTRATADA sobre qualquer ato de terceiro que venha a perturbar ou restringir a posse, por qualquer forma;

6.1.9 - Compromete-se ainda a manter confidencialidade e guarda dos equipamentos e seus acessórios de forma a devolvê-los ao final do contrato, nas mesmas condições e conservação em que se encontravam quando do início deste, ressalvadas as condições de desgastes naturais;

6.1.10 - Não alienar, ceder, sublocar ou ainda dar em comodato os equipamentos ou os direitos decorrentes do presente contrato, nem de qualquer forma permitir que os equipamentos entrem na posse de terceiros;

6.1.11 - A CONTRATANTE não poderá mudar os purificadores e acessórios do local estabelecido;

6.1.12 - Poderá ocorrer inspeção dos equipamentos, desde que previamente agendada e autorizada pela CONTRATANTE;

6.2. Da Fiscalização:

6.2.1 - A CONTRATANTE contará com fiscal, com experiência técnica necessária ao acompanhamento a execução do contrato, a fim de fiscalizar todos os aspectos pertinentes ao objeto ajustado, inclusive reservando o direito de resolução de quaisquer casos omissos ou duvidosos, não previstos no Ato Convocatório ou neste contrato, em especial as especificações, requisitos, sinalizações, segurança, implicando, o direito de rejeitar os serviços satisfatórios intimando a execução das devidas modificações, quando for o caso;

6.2.2 - O exercício de fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades pelos danos materiais e pessoais que vier a causar a terceiros ou a CONTRATANTE, por culpa ou dolo de seus prepostos, na execução do contrato, nos termos do Código Civil;

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

7.1 - Por força deste instrumento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$_____ (_____), pelos 31 (trinta e um) purificadores de água, que totalizam para o período de 12 (doze) meses o importe de R\$_____ (_____);

7.2 - Encontra-se presente no valor a ser pago à CONTRATADA a realização da entrega dos equipamentos e instalação à CONTRATANTE, além de manutenção periódica e troca de elemento filtrante;

7.3 - As despesas com a execução deste contrato correrão por conta dos recursos da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, repassados por meio Contrato de Gestão (Processo nº 1871976/2019);

7.4 - O preço ajustado ainda inclui todas as despesas com insumos, equipamentos, uniformes, transporte, manutenção dos equipamentos, englobando também os ônus e os encargos trabalhistas e previdenciários e taxas correspondentes e eventuais despesas incidentes;

7.5 - A Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário se compromete em pagar o preço irrevogável constante da proposta da CONTRATADA, observadas as seguintes condições:

7.5.1 - A CONTRATANTE poderá exigir, no ato do pagamento, a comprovação da Regularidade Fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal envolvidas, e de Regularidade do FGTS;

7.5.2 - No caso de eventual atraso, efetivamente motivado pela CONTRATANTE, o valor será atualizado de acordo com a legislação vigente;

7.5.3 - Está excluído o atraso motivado pela CONTRATADA, independentemente de eventual prorrogação autorizada pela CONTRATANTE;

7.6 - Em nenhuma hipótese serão aceitos títulos via cobrança bancária;

7.7 - A CONTRATANTE poderá exigir no ato do pagamento, as certidões de regularidades fiscais perante a União, o Estado e o Município, inclusive a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

7.8 - A CONTRATADA estando em situação irregular perante o Fisco, de que trata o item anterior, a CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize a situação fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE PREÇOS

8.1 - Este contrato será executado sob o regime de preço fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses;

8.2 - Ao longo de todo o contrato não se admitirá variação nos valores discriminados;

8.3 - A CONTRATANTE não assumirá responsabilidade alguma por pagamento de impostos e encargos que competirem a CONTRATADA, nem estará obrigado a restituir-lhe valores, principais e acessórios, que porventura despendem com pagamento dessa natureza;

8.4 - Em havendo prorrogação do presente contrato, ultrapassados 12 (doze) meses, poderá haver reajustamento de preços, com base no Índice anual autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo, ou índice que o substitua em seu conteúdo, na falta ou demora em sua publicação;

8.5 - Eventual reajuste deverá ser precedido de solicitação por escrito da CONTRATADA, acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação dos cálculos para apreciação e conferência da CONTRATANTE;

8.7 - A CONTRATADA, neste ato, declara estar ciente de que os recursos utilizados para o pagamento do objeto do presente serão aqueles repassados pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo, em razão do Contrato de Gestão nº 1871976/2019, firmado entre a Fundação do ABC e a Secretaria de Saúde, para gestão do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário;

8.8 - A CONTRATANTE se compromete em pagar preço irredutível desde que não ocorram atrasos e/ou paralisação dos repasses pelo ente público para a CONTRATANTE, relativo ao custeio do objeto do Contrato de Gestão (Processo nº 1871976/2019);

8.9 - No caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente, salvo quando não decorram de atrasos e/ou paralisação dos repasses pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1 – O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente, pela CONTRATANTE, sempre que:

8.1.1.1 - Houver modificação do projeto das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

8.1.1.2 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto;

8.1.2 - Por acordo entre as partes, sempre que:

8.1.2.1 - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

8.1.2.2 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

8.1.2.3 - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

8.1.3 – As alterações que incidirem no presente contrato será precedida do termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior;

9.2 - Este instrumento poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, desde que presentes o contraditório e a ampla defesa;

9.3 - O não cumprimento das obrigações contratuais pelas partes ensejará rescisão contratual de 30 (trinta) dias, sem que caiba a outra parte direito de indenização de qualquer espécie;

9.4 - Considerando que a Fundação do ABC possui contrato com a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para o exercício de suas atividades profissionais e que, pode inclusive, ser rescindido pela Secretaria Estadual nos termos da Lei nº 8.666/93, desta maneira, cria-se nesta, em caráter irrevogável e irretratável, CLÁUSULA DE EXCEÇÃO RESCISÓRIA, atinente à rescisão contratual entre as partes desta avença, sem a ocorrência qualquer modalidade penal ou indenizatória previstas em todo o contrato, caso haja rescisão contratual entre a Secretaria e a FUNDAÇÃO DO ABC, devendo esta, entretanto, em razão da excepcionalidade desta cláusula, custear seus deveres contratuais frente ao Contratado na modalidade *pro rata* até o evento rescisório, sem mais nenhum acréscimo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 – As penalidades serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia;

10.2 – Multa de 10% (dez por cento) por inexecução parcial do contrato, sobre a parcela inexecutada, podendo, a CONTRATANTE, autorizar a continuação do mesmo;

10.3 – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por inexecução total do mesmo;

10.4 – Multa de 10% (dez por cento) do valor do faturamento do mês em que ocorrer a infração, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela CONTRATANTE;

10.5. – Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no cumprimento dos prazos estipulados em contrato;

10.7 – As multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como a das demais penalidades previstas em lei;

10.8 – O valor relativo, às multas eventualmente aplicadas, será deduzido de pagamentos que a CONTRATANTE efetuar, mediante a emissão de recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

11.1 - Os serviços serão iniciados pela CONTRATADA após a assinatura do presente contrato;

11.2 - Quaisquer acréscimos ou diminuição nos serviços pertinentes ao objeto contratado, somente poderão ser executados após o respectivo aditamento contratual, devidamente aprovado pela Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, conforme cláusula oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Este ajuste regular-se-á pelas suas disposições e partes integrantes tais como o Ato Convocatório, seus anexos e proposta da CONTRATADA, legislação vigente e demais normas de direito aplicáveis;

12.2 - Fica eleito o foro Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato;

E, por estarem às partes de comum acordo sobre as estipulações, termos e condições deste instrumento, firmam-no por meio manual ou eletrônico (Medida Provisória nº 2.200-2/2001), na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, de de 2024.

Rogério Anhon Bigas

FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

(Nome do Representante)

(razão social da empresa contratada)

Testemunhas:

1- _____

2- _____

Nome:

Nome:

CPF nº

CPF nº

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA (*)

À Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2024

Processo de compras nº 0375/2023

Razão Social:

CNPJ nº

Endereço:

Telefone:

E-mail:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNI. (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
1	Locação de Purificadores de Água	31		
VALOR TOTAL				R\$ _____ (por extenso)

Declaro para os devidos fins que estão inclusos no valor todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com entrega.

Declaro ainda se tratar de valores fixos e irrevogáveis, de acordo com o prazo fixado de 12 (doze) meses e que eventual variação, para mais ou para menos, não implicará em alteração do importe cotado.

- Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.

São Paulo, ____ de _____ de 2024

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

(*) A proposta deverá estar em papel timbrado da empresa participante e seguir conforme exigido.

ANEXO IV

[logotipo da empresa]

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2024

Processo de compras nº 0375/2023

Declaro, para todos os fins de direito, que os colaboradores, administradores e sócios desta empresa, não têm qualquer assunção de cargo ou vínculo de parentesco para com a Fundação do ABC, suas mantidas e seus colaboradores, gestores, diretores e representantes, restando à Fundação do ABC isenta de toda e qualquer responsabilidade, civil e/ou criminal, mas não somente, que possa ser a ela atribuída quanto à veracidade da declaração ora prestada.

São Paulo, ____ de _____ de 2024

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE TRABALHO

Pelo presente Termo, _____,
portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no Cadastro
Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº _____,
neste ato representando a empresa
_____, inscrita no Cadastro
Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº _____,
com sede _____ à

_____,
vencedora do Processo Administrativo nº 0375/2023, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada em locação de 31 (trinta e um) purificadores de água, incluindo instalação, desinstalação, manutenção corretiva e preventiva** para a Fundação do ABC, DECLARA, sob as penas da lei, que a Empresa possui corpo funcional próprio, em conformidade com as normativas, resoluções, acordos sindicais e legislações vigentes, com vínculo formal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho; bem como não adota práticas de trabalho escravo, trabalho infantil e de subemprego em relação a nenhum de seus funcionários.

DECLARA, ainda, estar ciente de que a ausência de veracidade de qualquer afirmativa contida neste Termo ensejará na imediata desclassificação da empresa do Processo Administrativo, na imediata rescisão do presente contrato a qualquer tempo, caso já tenha sido formalizado, bem como na declaração de impossibilidade de participar de qualquer procedimento de contratação junto às mantidas da Fundação do ABC pelo período de 05 (cinco) anos.

São Paulo, ____ de _____ de 2024

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

Através da presente, _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº _____, com endereço à _____, neste ato representando a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº _____, com sede à _____, vencedora do Processo Administrativo de nº 0375/2023, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada em locação de 31 (trinta e um) purificadores de água, incluindo instalação, desinstalação, manutenção corretiva e preventiva** para a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa se responsabiliza inteiramente no caso de seus funcionários e/ou prepostos vierem a mover futuras ações trabalhistas ou cíveis contra a mesma, ficando a FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário excluída do polo passivo, ou seja, da responsabilidade solidária ou subsidiária, quando do seu regular pagamento.

São Paulo, ____ de _____ de 2023

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO VII

TERMO DE DECLARAÇÕES

À FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2024

Processo de compras nº 0375/2023

(Razão social da empresa vencedora), (CNPJ nº), sediada no (endereço completo), representada por (nome e qualificação completos) declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento referenciado, apresentando perfeitas condições para execução do objeto do referido emitido pela Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

Igualmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao Ato Convocatório em causa e firmamos nossa plena concordância com as condições estabelecidas no presente certame e seus anexos.

São Paulo, ____ de _____ de 2024

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO VIII

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2024

Processo de compras nº 0375/2023

Eu, (nome e qualificação completos), representando a empresa (razão social), assumo o compromisso de manter a confidencialidade de toda documentação, informação e dados a que tiver acesso em razão do contrato de prestação de serviço de controle integrado de pragas urbanas com a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

Comprometo-me a guardar sigilo absoluto, e não divulgar, revelar, ou reproduzir, por quaisquer meios, documentações, informações e dados pertencentes à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

Declaro ainda estar ciente de que toda e qualquer informação que diga respeito às instalações da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário estão cobertas pelo sigilo, ante o caráter prisional do Nosocômio.

Encontro-me ciente de que, no caso de descumprimento do referido contrato, poderá haver responsabilização civil e criminal.

São Paulo, ___ de _____ de 2024

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO IX

[logotipo da empresa]

DECLARAÇÃO DE ANTICORRUPÇÃO

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2024

Processo de compras nº 0375/2023

Eu, _____, portador do CPF/MF n. _____, representante legal da empresa (Razão Social da Empresa), estabelecida na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, no uso de minhas atribuições, **DECLARO** que a pessoa jurídica conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, direta ou indireta, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter

competitivo de procedimento licitatório público;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

São Paulo, ____ de _____ de 2024

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

[logotipo da empresa]

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO DE COMPRAS E
CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO ABC**

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2024

Processo de compras nº 0375/2023

À FUNDAÇÃO DO ABC

Prezados Senhores,

Pelo presente, informamos que analisamos atentamente o Regulamento de Compras e Contratação da Fundação do ABC – FUABC e manifestamos plena aceitação aos termos e condições previstas no documento, não reputando qualquer vício ou discordância expressa e/ou tácita com as suas condições renunciando expressamente a qualquer discussão acerca de suas cláusulas, e concordando expressamente com o seu conteúdo.

Declaramos outrossim que o sócio/representante que abaixo assina tem plenos poderes para celebrar tal declaração.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

São Paulo, ___ de _____ de 2024

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO XI

TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2024

Processo de compras nº 0375/2023

O Presente Termo de Responsabilidade pelo Tratamento de Dados Pessoais - Fornecedores ("Termo") se destina a todos os fornecedores de produtos ou prestadores de serviços, suas subsidiárias e afiliadas ("Fornecedor" ou "Fornecedores"), e objetiva notificá-los sobre a forma como deverão tratar os dados pessoais aos quais tenham acesso em razão de seu relacionamento com o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC. O presente Termo é parte integrante do instrumento contratual firmado com a instituição.

1. DEFINIÇÕES DA LGPD

1.1. Antes de mais nada, é importante que você entenda as definições criadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) n.º 13.709/2018 reproduzidas neste Termo:

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei n.º 13.709/2018 em todo o território nacional;

Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de Dados Pessoais;

Dado Anonimizado: Dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Encarregado de Dados (DPO): Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Pessoa Natural: Também conhecida como pessoa física é o ser humano propriamente dito dotado de capacidade;

Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de Dados Pessoais em nome do controlador;

Titular de Dados: Pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de tratamento;

Tratamento: Toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Transferência Internacional de Dados: Transferência de Dados Pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

2. COLETA E TRANSFERÊNCIA DE DADOS

2.1. Para a realização de suas atividades regulares, o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC poderá transferir os dados pessoais ao fornecedor ou solicitar que o fornecedor realize a coleta dos dados pessoais dos Titulares de Dados, diretamente destes ou por meio de bancos de dados disponíveis, fornecidos pela Instituição. Quando o fornecedor tratar dados pessoais em nome do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC será considerado operador de dados pessoais e deverá realizar o tratamento dos dados apenas segundo as instruções fornecidas pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC;

2.2. Caso seja um operador, o Fornecedor não possuirá nenhum direito de tratamento independente dos dados pessoais transferidos. Em qualquer caso, todo o tratamento de dados pessoais deve ser realizado somente de acordo com as disposições da LGPD e demais regulamentações aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

3. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. O Fornecedor se obriga a:

a) Tratar os dados em acordo com a legislação aplicável, incluindo o Tratamento em consonância com os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas;

b) Somente Tratar Dados Pessoais mediante instruções documentadas e informar, imediatamente, caso considere que qualquer instrução viola a LGPD ou qualquer lei ou regulamentação aplicável;

c) Não reutilizar ou compartilhar Dados Pessoais, exceto se instruído ou autorizado pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC previamente, ou se exigido pela lei aplicável e, nesse caso, o Fornecedor deverá informar ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC sobre essa exigência legal antes do efetivo tratamento;

d) Não realizar Transferência Internacional de Dados Pessoais sem a aprovação prévia e por escrito do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, exceto

quando a transferência de dados ocorrer para um país reconhecido pela ANPD como tendo um nível adequado de proteção;

e) Manter uma estrutura interna com medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir que o Tratamento realizado em nome do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC atenda aos requerimentos de segurança e confidencialidade da LGPD, incluindo a implementação de procedimentos adequados de gerenciamento de direitos de acesso, retenção, criptografia e segurança dos Dados Pessoais;

f) Não subcontratar ou terceirizar o Tratamento dos Dados Pessoais sem autorização prévia e expressa do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC e, ainda assim, sempre mediante contrato escrito, impondo as mesmas obrigações estabelecidas pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC para seus fornecedores, incluindo obrigações de segurança e confidencialidade;

g) Disponibilizar ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento com as obrigações aqui elencadas e (i) permitir e contribuir com a realização de auditorias, incluindo inspeções e investigações, e (ii) prestar assistência ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, inclusive na realização de avaliações de impacto à proteção de dados e garantia do exercício dos direitos dos titulares;

h) Se responsabilizar pelo Tratamento de Dados Pessoais que realizar em desacordo com a Legislação Aplicável, bem como por eventuais omissões ou erros cometidos em nome próprio ou por qualquer de seus empregados, prepostos, representantes, terceiros e subcontratados;

i) Excluir ou devolver todos os Dados Pessoais conforme solicitado pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC, após o término da prestação dos serviços relacionados ao contrato e excluir cópias existentes, exceto se a legislação autorizar o armazenamento de tais dados;

j) Manter a confidencialidade de todas as informações do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC a que tiver acesso em razão do relacionamento comercial entre as partes, protegendo e não as divulgando para terceiros, salvo se a divulgação for prévia e expressamente autorizada pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC.

4. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

4.1 O Fornecedor declara que está ciente dos direitos dos Titulares de Dados previstos na LGPD, incluindo, os seguintes:

a) Confirmação de que existe tratamento dos seus dados pessoais;

b) Acesso aos próprios dados pessoais;

c) Correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;

d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;

- e) Portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor de um serviço ou produto, sujeito à regulamentação da autoridade nacional;
- f) Solicitação de apagamento ou anonimização dos dados pessoais tratados com base no seu consentimento, exceto quando a lei autorizar a manutenção destes dados por outro fundamento;
- g) Informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC tenha realizado o uso compartilhado dos seus dados pessoais;
- h) Informações sobre a possibilidade de não dar consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais sobre as consequências de tal ação; e
- i) Revogação de seu consentimento, quando o tratamento tenha sido feito com base no consentimento do titular.

4.2 O Fornecedor cooperará para permitir que o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC cumpra o exercício de direitos pelos Titulares dos Dados, o que incluirá: (a) o fornecimento de todas as informações solicitadas pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC. (b) a prestação de assistência conforme razoavelmente solicitado pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC para permitir que esta cumpra a solicitação pertinente, responda efetivamente as reclamações ou envie as comunicações dentro dos prazos previstos pela LGPD.

5. INCIDENTES DE SEGURANÇA

5.1. O Fornecedor deverá notificar o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, por meio de seu Encarregado de Dados, através do e-mail protecaodedados@chsp.org.br, imediatamente após tomar conhecimento ou suspeitar de um incidente de segurança que possa comprometer a integridade, confidencialidade e/ou disponibilidade de qualquer dado pessoal. A notificação deverá conter, no mínimo: (i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; (ii) as informações sobre os Titulares dos Dados envolvidos; (iii) as informações sobre as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados; (iv) a descrição das prováveis consequências e riscos relacionados ao incidente de segurança; (v) a descrição das medidas tomadas ou propostas para abordar o incidente de segurança; e (vi) a descrição das medidas que foram ou serão tomadas para reverter ou mitigar os efeitos das perdas relacionadas ao incidente de segurança.

6. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DOS AGENTES DO FORNECEDOR

6.1. O Fornecedor reconhece que, no curso de seu relacionamento comercial, o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC poderá, periodicamente, tratar Dados Pessoais relacionados a funcionários ou indivíduos que atuem em seu nome na prestação de serviços ("Representantes"), com a finalidade de:

- a) Preenchimento de cadastro e elaboração de contrato;
- b) Execução do objeto do contrato junto ao Fornecedor;

- c) Cumprimento de obrigações legais;
- d) Comunicação e gestão de relacionamento, contato, fornecimento de informações, envio de comunicados;
- e) Realização de pesquisas de satisfação ou de outra natureza;
- f) Verificação do histórico pessoal e profissional;
- g) Análise e fixação de sinistros, elaboração de dossiês para gerenciamento de riscos;
- h) Avaliação de performance dos serviços prestados;
- i) Preparação de respostas a autoridades no âmbito de processos judiciais ou administrativos, em cumprimento de deveres legais, regulatórios ou quaisquer outros licitamente exigíveis ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, ou em defesa de seus direitos e interesses legítimos;
- j) Exercício de direitos em processos legais e para propósitos legítimos de negócio do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC;
- k) Apuração de irregularidades e ilícitos cometidos pelo fornecedor no desempenho dos serviços prestados; e
- l) Realização de atividades de prevenção contra fraude e atividades ilícitas, incluindo medidas para proteção do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC, de Clientes e/ou terceiros.

6.2. É responsabilidade do Fornecedor, atuando na qualidade de Controlador dos Dados dos Representantes, garantir que (i) os Dados recebidos pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC sejam coletados e compartilhados em acordo com a legislação aplicável, e (ii) os Representantes sejam informados sobre as atividades de tratamento de Dados Pessoais realizadas pela Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC.

6.3. O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC poderá coletar informações publicamente disponíveis, além dos seguintes dados pessoais dos Representantes do Fornecedor:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento;
- c) Gênero;
- d) Nacionalidade;
- e) Número de telefone fixo e telefone celular;
- f) Estado civil;
- g) Endereço completo;

- h) Endereço de e-mail;
- i) Dados e imagens da carteira de identidade (RG);
- j) Dados e imagens do cadastro de pessoas físicas (CPF/ME);
- k) Dados e imagens da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- l) Dados do veículo do Transportador, incluindo identificação do proprietário;
- m) Cópia ou números de outros documentos de identificação governamentais;
- n) Dados pessoais contidos em contratos sociais e procurações;
- o) Organização ou empresa a qual pertence ou esteja relacionado e informações relacionadas;
- p) Posição, título ou cargo;
- q) Informações de contrato;
- r) Dados de geolocalização;
- s) Fotografias, coletadas para os sistemas de segurança do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - FUNDAÇÃO DO ABC;
- t) Informações sobre histórico pessoal, profissional e, conforme permitido pela legislação, antecedentes criminais;
- u) Informações sobre preferência de comunicação; e
- v) Comunicação, verbal ou escrita, mantida entre o Fornecedor e o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC.

6.4. O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC manterá e tratará esses dados pessoais pelo tempo necessário para cumprir com os propósitos apontados acima. Os Representantes do Fornecedor poderão exercer os direitos como Titulares dos Dados na forma da cláusula 4 deste Termo, através do contato com o Encarregado de Dados por meio do seguinte canal protecaodedados@chsp.org.br.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O Fornecedor declara e se compromete a cumprir com os termos da LGPD e demais regulamentações aplicáveis relacionadas à privacidade e à proteção de dados pessoais. Em caso de quaisquer dúvidas ou deveres relacionados ao tratamento de dados dos Titulares de Dados, ou ainda, caso o Fornecedor entenda que não é capaz de atender ao previsto na LGPD, ele deverá entrar em contato direto com o Encarregado de Dados do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC por meio do endereço de e-mail: protecaodedados@chsp.org.br.


7.2. Declaro que as informações prestadas acima representam a legítima expressão da verdade e aceito as condições do termo de responsabilidade.

São Paulo, ____ de _____ de 2024

Assinatura do sócio proprietário ou representante legal

Nome completo:

CPF:

 <p>FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967</p>	DECLARAÇÃO	CÓDIGO: FOR.CPC.001	PÁG.: 1 de 2
		ELABORADO: 01/02/2023	REVISADO: 00/00/0000
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 00
		CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO: RESTRITA	
TÍTULO: DUE DILIGENCE DE FORNECEDORES PARA COMPROMENTIMENTO AOS PRECEITOS ÉTICOS DA FUABC - FORNECEDORES			

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA FUABC.

A empresa _____,
 CNPJ _____, declara, para os devidos fins legais, estar ciente e de acordo com as normas institucionais, preceitos éticos e de anticorrupção previstos no Código de conduta Ética da Fundação do ABC, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente, durante todo o período de vigência do presente contrato, em especial, atender as práticas de antissuborno voltadas aos seus representantes ou por terceiras pessoas a eles relacionadas, independentemente do valor envolvido, não efetuando qualquer tipo de pagamento, dação, doação, presente, entretenimento, transporte, patrocínio, doação beneficente dentre outros que possam ser caracterizados como subornos, propinas ou ainda prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente qualquer vantagem indevida para garantir negócios com as empresas interessadas em adquirir nossos produtos e serviços.

_____, _____ de _____ de 20_____.

Nome da Empresa:
 CNPJ:
 Procurador Legal:



FUNDAÇÃO DO ABC

Desde 1967

DECLARAÇÃO

CÓDIGO: FOR.CPC.001

PÁG.: 2 de 2

ELABORADO: 01/02/2023


REVISADO: 00/00/0000

VIGÊNCIA: NA

VERSÃO: 00

CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO: RESTRITA

TÍTULO: *DUE DILIGENCE* DE FORNECEDORES PARA COMPROMENTIMENTO AOS PRECEITOS ÉTICOS DA FUABC - FORNECEDORES

 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 1 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01

TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR - DADOS CADASTRAIS BÁSICOS

Razão social	CNPJ ou equivalente		
Nome fantasia			Data de constituição / /
Endereço	Número	Complemento	
Cidade	Estado	CEP	

INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA E GESTÃO DA EMPRESA

Apresentar os dados das pessoas físicas e jurídicas que detêm participação societária. Se houver alguma pessoa jurídica nesta lista, por favor, indicar os beneficiários finais, até o nível em que haja somente pessoas físicas.

Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Nacionalidade	% Participação

As pessoas listadas nos itens anteriores possuem relação de parentesco com algum colaborador em cargo de confiança – Conselheiro, dirigente, diretor, gerente ou coordenador da Fundação do ABC? Sim Não

Em caso afirmativo informar os seguintes dados:	Nome:
	Função:
	Unidade:

RAMO DE ATIVIDADE


1. Segmento	<input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Comércio e Serviços
Principais atividades (CONFORME DESCRIÇÃO NO CNAE):	Atividades secundárias:

PORTE

2. Receita bruta anual: <input type="checkbox"/> Até R\$ 60 mil e 1 até empregado (Microempreendedor individual - MEI) <input type="checkbox"/> Até R\$ 360 mil (Microempresa) <input type="checkbox"/> De R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões (Pequena empresa) <input type="checkbox"/> De R\$ 3,6 milhões a R\$ 300 milhões (Média empresa) <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 300 milhões (Grande empresa)	3. Nº de empregados: <input type="checkbox"/> Até 19 <input type="checkbox"/> De 20 a 99 <input type="checkbox"/> De 100 a 499 <input type="checkbox"/> Acima de 500 Cobertura geográfica:
--	---

POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

Programa de Integridade	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, fornecer uma cópia.	
Código de ética	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, fornecer uma cópia.	

 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 2 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01

TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES

A empresa possui política de recebimento e apuração de denúncias de irregularidades por parte de seus stakeholders (Canal de Denúncias)?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Política de seleção e contratação de funcionários	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Prevenção e combate à fraude e corrupção	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Oferta e recebimento de brindes, presentes e hospitalidades	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Política de registros contábeis e financeiros	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Proteção de dados	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Segurança da Informação	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Due diligence de terceiros	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os funcionários recebem treinamentos sobre Código de Ética e/ou outros temas relacionados com ética, integridade e anticorrupção?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, com qual frequência?	

SUPORTE E COMPROMETIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO E LIDERANÇA


O fornecedor possui um órgão ou área responsável pela coordenação ou gestão de suas atividades de Compliance (integridade e conformidade)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Este órgão ou área está subordinado à(o):	<input type="checkbox"/> Presidência <input type="checkbox"/> Jurídico <input type="checkbox"/> Financeiro <input type="checkbox"/> Outro:
O fornecedor possui canal de denúncias? Caso positivo, identificar o fluxo de tratamento das ocorrências, se é garantida a confidencialidade dos dados e a proteção do anonimato aos denunciantes	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Resposta:
O fornecedor promove treinamentos periódicos sobre suas normas internas, inclusive a seus empregados e demais públicos pertinentes	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
São mantidos registros dos treinamentos, incluindo controle dos participantes e do material utilizado	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

QUESTÕES OPERACIONAIS E REPUTACIONAIS

O fornecedor possui algum tipo de conflito de interesses que impossibilitaria a prestação de serviços a FUABC?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, qual impedimento:
O fornecedor subcontrata algum de seus serviços ou utiliza intermediários?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O fornecedor possui controles financeiros, de tesouraria e contábeis adequados, precisos e atualizados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui registros contábeis submetidos à auditoria independente (em caso positivo, informa a empresa de auditoria):	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A empresa, seus acionistas, conselheiros ou diretores estatutários ou quaisquer empresas em seu grupo econômico estão ou estiveram nos últimos 05 (cinco) anos, de qualquer forma, envolvidos em processos administrativos ou judiciais fundados nas legislações abaixo:	
Leis anticorrupção brasileira ou internacionais	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lei de improbidade administrativa	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lei de licitações	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lei de Defesa da Concorrência	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Processos criminais	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Em caso de afirmativo à questão anterior, justificar e identificar o andamento do(s) processo(s).

Nome da pessoa envolvida	Justificativa	Andamento

 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 3 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01

TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES

PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE AO CONFLITO DE INTERESSE

Algum proprietário, sócio, acionista majoritário, membro do Conselho de Administração, Diretor e/ou representante da empresa enquadra-se na na condição de PEP, conforme definido no § 1º, artigo 1º, da Resolução COAF n.º 40, de 22 de novembro de 2021?

Sim Não - Em caso positivo, informe quem é a pessoa, a posição ocupada e o órgão do governo:

DECLARAÇÃO

Declaro e atesto para os devidos fins que as informações fornecidas anteriormente, bem como os documentos disponibilizados são verdadeiros e não ocultaram quaisquer dados. Se em algum momento as informações ou documentos apresentados neste questionário não representarem mais a realidade, comprometo-me em comunicar imediatamente a Fundação do ABC e fornecer um relatório complementar detalhando referida mudança.

_____ / _____ / _____
Local (cidade)

_____ / _____ / _____
Data

Assinatura do responsável